

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.496 - SP (2019/0227083-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **VIACAO CAICARA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **ELIAS MUBARAK JUNIOR E OUTRO(S) - SP120415**
EDUARDO CASTELO BRANCO - ES012649
LORENNAL CALDEIRA FARIZEL - ES019456
JÚLIA AMÂNCIO MIRANDA - ES030000
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E**
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO
- SP
SUSCITADO : **JUÍZO DA 40ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ**
INTERES. : **NÚBIA PATRÍCIA MOREIRA DO ESPÍRITO SANTO**

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE EMPRESARIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO, PELO JUÍZO TRABALHISTA, DE VALORES INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA RECUPERANDA. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO.

DECISÃO

Viação Caiçara Ltda - em recuperação judicial suscita o presente conflito de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP e o Juízo da 40ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ.

Alega a suscitante que, em março de 2016, o Grupo Itapemirim, do qual faz parte, ingressou com pedido de recuperação judicial, nos termos dos arts. 47 e seguintes da Lei n. 11.101/2005, cujo processamento foi deferido pelo Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES por decisão datada de 18/3/2016.

Ainda segundo a narrativa feita na inicial, o Juízo de Vitória/ES proferiu decisão em maio de 2018 por intermédio da qual declinou da competência para o julgamento do pedido de recuperação judicial, tendo sido redistribuído o processo ao Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP.

Sustenta, ademais, que figura como ré em uma reclamação trabalhista movida por Núbia Patrícia Moreira do Espírito Santo (Processo n. 0100749-57.2017.5.01.0040),

ora em tramitação no Juízo da 40ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ e já em fase de cumprimento de sentença.

Segundo a suscitante, a despeito de ter sido informado do deferimento do processamento da recuperação judicial e, posteriormente, da prorrogação do período de suspensão previsto na Lei n. 11.101/2005, o Juízo Trabalhista determinou o prosseguimento da execução da sentença, em manifesta invasão da competência do Juízo Recuperacional.

Por esses motivos, pede, em caráter liminar, "seja determinado o sobrestamento da ação trabalhista nº 0100749-57.2017.5.01.0040, além de ser designado o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes (art. 955 CPC e 196 RI/STJ), em especial, a destinação dos bloqueios de valores efetuada pelo juízo suscitado incompetente para tanto" (e-STJ, fl. 16).

Às fls. 182-185 (e-STJ), proferi decisão deferindo a liminar pleiteada.

As informações foram prestadas às fls. 188-195 e 198-200 (e-STJ).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do conflito, em parecer assim resumido:

- Conflito positivo de competência entre Juízo de Direito e Juízo do Trabalho.
- A ausência de atos expropriatórios impede o conhecimento do presente conflito positivo. Inexistência de conflito de competência a ser dirimido. Art. 66, do NCPC.
- Parecer pelo não conhecimento do conflito positivo de competência.

Brevemente relatado, decido.

De início, ao contrário do que sustenta o ilustre representante do Ministério Público Federal no parecer de fls. 202-204 (e-STJ), entendo que o conflito de competência deve ser conhecido, pois a determinação do Juízo Trabalhista de expedição de certidão para que a reclamante pudesse habilitar seu crédito junto ao Juízo da Recuperação Judicial ocorreu após o deferimento da liminar no presente conflito, sendo certo que já havia, anteriormente, decisão no bojo da referida reclamação trabalhista no sentido de prosseguir a

execução contra a suscitante, conforme se verifica às fls. 171-172 (e-STJ).

Passo, então, à análise de mérito do presente conflito.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, compete à Justiça do Trabalho apreciar e julgar os pedidos formulados em ações versando sobre apuração dos créditos individuais trabalhistas promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial - Lei n. 11.101/2005. Ultrapassada, no entanto, a fase de apuração e liquidação dos referidos créditos trabalhistas, os montantes apurados deverão ser habilitados nos autos da falência ou da recuperação judicial para posterior pagamento.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.
2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).
3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 144.592/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 3/11/2016)

Ademais, "a decisão que defere o processamento do pedido de recuperação judicial tem como um de seus efeitos exatamente a suspensão das ações e execuções individuais contra o devedor que, dessa forma, pode desfrutar de maior tranquilidade para a elaboração de seu plano de recuperação, alcançando o fôlego necessário para atingir o objetivo de reorganização da empresa" (CC n. 126.135/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrichi, DJe 19/8/2014).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE
COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO

TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.

2. É que são dois valores a serem ponderados, a manutenção ou tentativa de soerguimento da empresa em recuperação, com todas as consequências sociais e econômicas daí decorrentes - como, por exemplo, a preservação de empregos, o giro comercial da recuperanda e o tratamento igual aos credores da mesma classe, na busca da "melhor solução para todos" -, e, de outro lado, o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos perante a justiça laboral.

3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal. (CC n. 112.799/DF, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 22/3/2011 - sem grifo no original)

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo/SP, nos termos da fundamentação supra.

Dê-se ciência aos Juízos suscitados.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator